

Intersul reuniu com Gazaniga

Aconteceu no dia 5, no Rio de Janeiro, a primeira rodada de negociações das perdas salariais do Grupo Eletrobrás. A negociação é decorrência da greve nacional da categoria, encerrada no dia 21 de junho, e considerada uma das principais conquistas. Os resultados da reunião que discutiu a reposição dos 166% de defasagem não puderam ser apurados até o fechamento desta edição. Na mesa de negociação estavam, de um lado o Comando Nacional dos Eletricitários, e do outro a Eletrobrás e as demais empresas do grupo.

A Intersul dirigiu-se à presidência da Eletrosul com correspondência para tratar de diversas pendências deixadas pela greve. A primeira delas é que a Empresa não considere os 21 dias de paralisação como gozo de férias, para os que tinham as suas marcadadas para o período de greve. Outra reivindicação é que os empregados têm direito a receber todas as verbas habituais, recusando, no entanto, horas extraordinárias não habituais.

Em outra correspondência a Intersul fala ao novo presidente, dos anseios da categoria por uma reposição salarial e da questão do Plano de Carreira (veja matéria neste jornal).

No dia 3 de junho, a coordenação da Intersul teve uma primeira reunião com o novo presidente da Eletrosul. Nela, Gaza-

niga informou ter indicado o ex-diretor administrativo, Ariovaldo Stele, para participar da reunião no Rio de Janeiro, que vai tratar da reposição das perdas salariais. Ele declarou ainda não ter uma posição sobre a questão. Sobre o Plano de Carreira, o presidente assumiu o compromisso de não implantá-lo de forma unilateral. A questão do gozo das férias durante a greve ficou para ser respondida posteriormente.

Gazaniga afirmou que serão ressarcidos todos os empregados que sofreram descontos salariais, por participar da paralisação do dia 22 de maio. Já os empregados de outras empresas, que foram requisitados para trabalhar na Eletrosul, "serão todos devolvidos de imediato a suas empresas de origem". Os contratados e estagiários que participaram da última greve, na opinião do presidente, não devem sofrer qualquer desconto. Ele também afirmou que, a Empresa vai tomar providências para os empregados serem ressarcidos o mais rápido possível da parcela de 60% do imposto sindical.

O presidente ainda entregou aos sindicatos uma cópia da resolução da diretoria sobre alterações administrativas na empresa, que serão posteriormente analisadas pela Intersindical. Após a reunião do dia 5, no Rio de Janeiro, a Intersindical solicitará uma nova reunião com Gazaniga.

CAMPANHA CELESC

Plenária dia 14, em Itajaí

Os celesquianos estão no momento de esquentar os motores para a Campanha Salarial de outubro. Já está acontecendo em todo o Estado assembleias para discutir e deliberar sobre as reivindicações da categoria para este ano. Em Florianópolis a assembleia será no dia 12, às 18 horas no salão Casanova (ex-Rancho Alegre).

A arrancada da Campanha, no entanto, será dada mesmo em Itajaí, na Plenária de Base da Celesc que vai fechar a pauta de reivindicações, com os resultados das assembleias de todas as áreas. Os interessados em participar da reunião, que terá lugar no colégio Salesiano, às 9 horas, devem procurar o seu sindicato até o dia 12, para que seja providenciado o transporte.

O secretário da Intersindical da Celesc, Arno Cugnier, salienta a importância da

participação do maior número de pessoas possível. "Neste momento de início de campanha, é preciso que a categoria dê mostra da sua decisão de ver suas reivindicações atendidas em outubro, e todos sabem que só uma categoria unida e coesa consegue vitórias", diz o sindicalista.

Arno salienta que o fato de os celesquianos terem obtido uma vitória econômica expressiva recentemente deve funcionar como incentivo e não como "fator de conformismo e apatia".

A Intersindical recebeu várias denúncias relativas à falta de segurança dos empregados que trabalham com carros da frota da Celesc. As informações dão conta de que há carros com 12 anos de uso à serviço das turmas de plantão. A maioria dos carros recebe pouca manutenção, enquanto a empresa gasta altas somas com locação de veículos para outras áreas.

ELETROSUL

Enquadramento sem sindicato

Segundo os dois membros do DRH - Departamento de Recursos Humanos, que foram ao Sertão, nas vésperas da mudança da diretoria, apresentar os critérios de enquadramento no Plano de Carreira da Eletrosul, a matéria já estava avalizada pelos Sindicatos. A Intersindical afirma não possuir qualquer responsabilidade sobre o enquadramento, visto que "não participou em nenhum momento da sua elaboração".

Desde novembro de 89, a Eletrosul tenta implantar o Plano de Carreira aprovado pelo CRH - Comitê de Recursos Humanos - mas foi somente em fevereiro desse ano que a Empresa se propôs discutir os critérios

de enquadramento. Em troca as entidades teriam que aprovar a tabela de salários. Nessa tabela é concedido 60% de reajuste às chefias, 28% aos empregados de nível universitário e 6% para os outros. Com esses reajustes, a relação entre o menor e o maior salário sobe de 1 - 8 para 1 - 14. Com isso, segundo Delman Ferreira, diretor do Sinergia, "são criadas e consolidadas grandes distorções".

Para Delman a possibilidade de reajustes diferenciados vai dividir a categoria. Ele acredita que "a hora é de promover uma discussão estrutural da Eletrosul".

pressão: Gráfica do jornal O Estado. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 21, Fpolis-SC, fone: (0482) 22-3868; telex: 481555. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

O Governo fala, e os salários vão caindo

Quase quatro meses de Plano Collor estão se transformando numa eternidade para a grande maioria assalariada do país. Nunca se tratou com tanta indiferença o pagamento dessa gente. Inicialmente o governo falava em recompor os salários com base na expectativa da inflação futura, mas na hora de pagar, apareceu o reajuste zero, que não foi alterado pela livre negociação. Índices para todos os gostos foram anunciados, sem que nenhum alterasse os salários. Tentativas de pacto foram ressuscitadas, com o costumeiro fracasso. Nada disso comoveu o governo ao ponto de fazê-lo definir uma política salarial. A essa altura o próprio ministro do Trabalho tratava o prejuízo dos assalariados como um triste carma. Foi nesse contexto, o governo com ojeriza que qualquer proposta de reposição de perdas salariais, que foi editada a Medida Provisória 193.

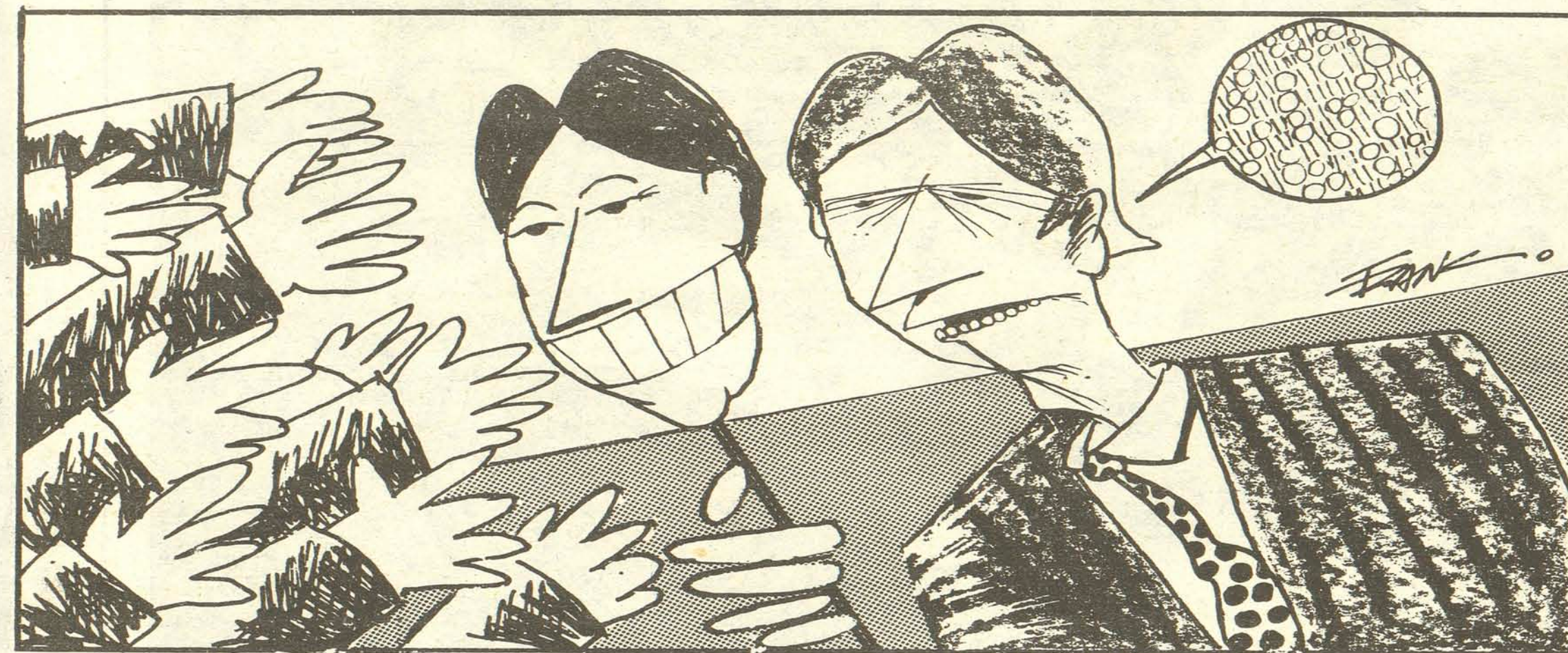
A medida define que novamente deva-se calcular a média dos salários de cada empregado na sua data-base. Para obter esse valor, o salário de cada mês será dividido pela FRS — Fator de Recomposição Salarial — correspondente ao dia do pagamento. O resultado da soma dos valores será dividido por 12 e multiplicado pelo índice do FRS do último dia do mês da data-base. Essa média é definida pela Medida Provisória como Salário Efetivo. É que o empregado terá direito de receber no dia do pagamento do primeiro salário após a data-base. Esta será a única reposição garantida pela medida. Uma segunda reposição só acontecerá se houver livre negociação.

A CUT — Central Única dos Trabalhadores — ainda não possui uma posição oficial, mas já está convencida que a Medida vai aprofundar o arrocho. Por isso, nos dias 2 e 3 de julho, a direção executiva da CUT esteve reunida, de posse dos pareceres das suas assessorias jurídica e econômica, traçando uma tática de rejeição à Medida 193.

Jair Meneghelli está disposto a reeditar o cartaz "traidores do povo", caso ela seja aprovada. Na CUT Regional de Florianópolis, o presidente Samuel Lima já encontrou dois graves problemas na 193: estabelecer uma reposição num intervalo de 12 meses numa inflação de 10% ao mês e impedir os trabalhadores de reivindicar. Samuel se refere ao Artigo 8º, que anula qualquer acordo ou convenção que estabeleça reposição de perda salarial em desacordo com o disposto na medida, como um "retrocesso de algumas décadas".

Para Nilo Kawai, da assessoria jurídica do Intersindical, cláusulas como esta não são novidade. "O governo militar já fez algo muito parecido, tentando liquidar avanços salariais". Como o direito do trabalho não pode definir vetos, o advogado acredita que a Justiça Trabalhista irá aceitar a recomendação de 193 como a mínima possível. Outra questão são os acordos. "Como um ato jurídico perfeito eles não podem ser atingidos nem por uma lei".

A subseção do Dieese dos eletricitários acredita que agora os empresários possuem mais um motivo para não concederem a reposição integral das perdas. "Eles podem se beneficiar de uma queda maior do salário real, já que a média será ainda mais baixa". Já os sindicatos, apesar do desgaste provocado pela conjuntura recessiva, devem fazer o possível "para chegar na data-base com o maio nível de salário real". Esses interesses opostos devem marcar essa que, segundo governo, será uma fase de transição para a livre negociação. A grande incógnita fica por conta do comportamento da Justiça. Um dia após a edição da Medida 193, o Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina concedeu as inflações de março e abril aos empregados da construção imobiliária de Tubarão, que estavam em greve.



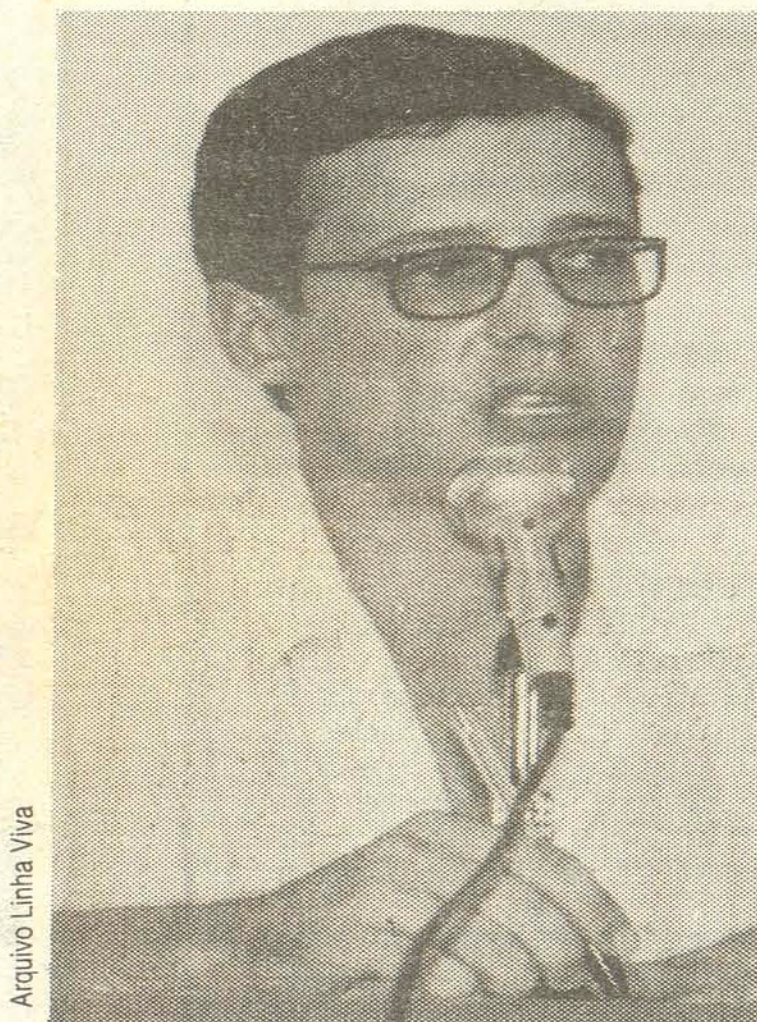
DIEESE acredita em mais arrocho

A Subseção do DIEESE dos eletricitários elaborou um texto sobre a Medida Provisória 193. Nele, as primeiras críticas são feitas ao cálculo da média salarial. "É uma medida de salários arrochados", com tendência a maiores perdas pelo aumento da inflação e inexistência de uma política salarial.

Clóvis Scherer, da Subseção, afirma que a Medida vai trazer, no mínimo, confusão à Justiça do Trabalho, pois altera o conceito de salário real. No lugar do salário atualizado desde a última data-base, aparece o salário recebido no dia do pagamento. Essa alteração fez desaparecer 30 dias de inflação. O economista também não sabe como serão julgados os índices coletivos, já que a Medida requer muitos cálculos individuais.

Pelos cálculos do DIEESE, as categorias com data base em março são as menos desfavorecidas pela 193, porque vinham recebendo reajustes mensais. Mesmo assim elas precisariam de um reajuste de 144,41% em 1º de junho. As que mais perdem, são as com data-base em junho. Essas categorias teriam que receber, também em 1º de junho, 203,92% de reajuste.

A subseção do DIEESE, para ter uma idéia do reajuste a que teriam direito os eletricitários, fez um cálculo hipotético, onde a data-base das duas empresas é 1º de julho. Nesse caso, Eletrosul receberia 26,90% de reajuste, considerando 9% a variação do FRS em julho. Pelo ICV esse percentual sobe para 204,30%. A Celesc não receberia nada, apesar do reajuste necessário pelo ICV ser de 86,01%.



Clóvis Scherer analisou a medida

Arquivo Lima Vira

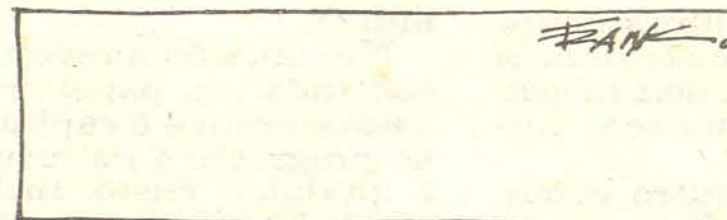
CGT faz tiroteio na greve da Rhodia

Na tentativa de acabar com a greve da Rhodia Têxtil, em Santo André, SP, o presidente do sindicato dos têxteis daquela cidade, Nivaldo Parmejani, que também é dirigente da CGT, disparou três tiros contra militantes da CUT e do Sindicato dos Químicos. O tiroteio aconteceu em uma assembleia onde a CGT forçava o fim da greve, no dia 28. O tumulto começou quando um carro do Sindicato dos Químicos (CUT) passou pelo local e foi apedrejado; em seguida 29 homens que não eram da categoria votaram favoravelmente ao fim da greve e começou a confusão. Parmejani foi preso em flagrante por tentativa de homicídio e mais 28 pessoas que não pertenciam à categoria fora presas e depois liberadas. Numa viatura do Sindicato presidido por Nivaldo, foram encontrados dez porretes, segundo testemunhas. Os tiros foram dirigidos contra o secre-

tário do Sindicato dos Químicos, Cláudio dos Santos e Paulo Messias, motorista do sindicato.

Repressão política fez sequestradores

Muito se tem falado da onda de sequestros que acontecem especialmente no Rio de Janeiro. O destaque é o alto nível de profissionalismo dos crimes e a sofisticação com que são planejados. A polícia já identificou e prendeu o mentor das ações: Nazareno Tavares Barbosa, o "Professor". A imprensa noticia vinculações com organizações como Comando Vermelho, e até menciona a amizade tida com o ex-presidente Figueiredo. O que ainda não foi dito é que a atuação do "Professor" em sequestros não é de agora. Acontece que ele pertencia aos quadros dos aparelhos de repressão política do Estado e a tortura, no caso o DOPS. Na verdade, "Professor" não é



apenas um criminoso profissional, é um profissional formado pelo próprio Estado.

Sinergia investe na sua estrutura

481555. É este o número da linha de telex instalada recentemente no Sinergia. A aquisição de um telex faz parte de um plano de modernização da estrutura da entidade, para dar conta da enorme demanda de trabalho que o avanço das lutas da categoria impõe. Foram adquiridos outros equipamentos menores, como máquinas de escrever eletrônicas, gravadores para o Departamento de Imprensa. Outros investimentos estão para ser feitos, como mais uma linha telefônica. Além disso já está em fase de conclusão o projeto do auditório e ampliação da sede da entidade. O auditório deverá ter capacidade para cerca de 60 pessoas, e o sindicato deverá ganhar mais uma ou duas salas de trabalho.

TRIBUNA Livre

Nilo Kaway Jr.
Assessor Jurídico da Intersindical

Para que Imposto Sindical?

A posição do Tribunal Superior do Trabalho, através do Ministro Almir Pazzianoto, de permitir a devolução aos trabalhadores da ELETROSUL da parcela do Imposto Sindical tocante aos sindicatos pode ser o início do fim de uma etapa sombria da história do sindicalismo brasileiro. Pelo ineditismo e pela oportunidade, os fatos nos convidam a uma reflexão sobre nossa estrutura sindical.

Não foi por acaso ou falta de criatividade que o Estado Novo brasileiro praticamente copiou a legislação sindical da Itália fascista. As regras sindicais italianas, contidas na Carta Del Lavoro viraram Consolidação das Leis do Trabalho — CLT — com poucas adaptações.

Com este aparato jurídico os sindicatos passaram a ter um vínculo imediato com o Estado, que chegou a definir atribuições às entidades da classe trabalhadora. Ficou clara a intenção de transformar o que deveria ser um instrumento de lutas por direitos em "fundos de previdência" ou "agenciadores de assistência".

Mas este não é o único nem o mais grave problema. Entre outros de relevância devemos citar o corporativismo e o verticalismo que, juntos, criam uma pirâmide com várias instâncias estanques, onde o vértice e a base nem sempre se comunicam. O objetivo disso é inviabilizar a efetiva unidade dos trabalhadores, ocultando, ou tentando-se ocultar, os interesses comuns que unem os assalariados, independentemente de sua categoria profissional.

O dispositivo mais revelador do atrelamento dos sindicatos à estrutura do Estado, no entanto, é o chamado Imposto Sindical. Um dia de trabalho de todos os trabalhadores (sindicalizados ou não) que é descontado anualmente para ser rateado entre o Estado, via Ministério do Trabalho, Confederações, Federações e sindicatos.

Este imposto compulsório tem servido a vários intuitos que não a organização dos trabalhadores. Em primeiro lugar não se justifica uma dotação para a União, visto que são inúmeros os impostos pagos. Em segundo lugar, as entidades sindicais que recebem estes valores nem sempre têm uma representatividade efetiva junto a seus "representados".

Então, para que serve tal imposto? Ora, para manter uma estrutura cartorária, não representativa e comumente oposta aos reais interesses dos trabalhadores. E com este imposto que centenas de sindicatos sem atuação se mantêm e mantêm o atraso na luta de diversas categorias. É com este dinheiro que federações e confederações sem efetividade junto aos trabalhadores se sustentam. E com este dinheiro que muitas entidades enveredam pelo assistencialismo ao invés de resgatarem a função histórica dos sindicatos. É este dinheiro que viabiliza a intervenção na linha de ação das entidades por parte do estado.

Por tudo isso, a luta contra o imposto sindical é um ponto central da busca de um sindicalismo autônomo, desatrelado do Estado, independente e classista. Sem este "cordão umbilical" com o oficialismo, apenas os sindicatos com atuação efetiva permanecerão, o cartorário vai sucumbir. Ou seja, os próprios trabalhadores vão buscar filiação e dirigir contribuição para quem efetivamente representa seus anseios na luta por uma vida melhor. Seria o fim, ou quase, do chamado peleguismo.

Desta forma, o "início do fim" do tal imposto, que podemos prever com a vitória dos eletricitários, pode representar um avanço tão grande para o sindicalismo quanto a construção da CUT. Liquidado este imposto a plena liberdade de autonomia sindical passa a ser uma possibilidade presente, a concretização do que, há algum tempo, não passava de um sonho e de uma necessidade sentida.

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias, devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina que tem 7500 exemplares. Diretor Responsável: Glaucio Marques. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Rosângela Bion (DRT/SC1019). Diagramação: Vera Rotta. Ilustração: Frank Maia. Im-

LINHA aberta

TEATRO

Grupo Armação com comédia em cartaz

Desde o dia 14 de março, o Grupo Armação está apresentando a comédia de um ato "Quem casa quer casa". Neste mês de julho, a peça de Martin Pena vai continuar em cartaz todos os finais de semana, às 21 horas no mesmo local — a Casa do Teatro, que fica na Rua XV de Novembro, número 16.

São 45 minutos de desavenças familiares entre três casais que moram sob o mesmo teto. A direção é de Waldir Brasil. Ele também aparece no elenco ao lado de Andrea Boabaid, Zeula Soares, Ariane Ewald, Antoneo Cunha, Chico De Nez e Édio Nunes. Depois de Florianópolis, o grupo pretende sair em excursão pelo interior do Estado.

DESTAQUE

Programa cultural, inovação na greve

Quem estava acostumado apenas com palavras de ordem, informes e discursos durante as greves, pôde notar algo diferente na última greve da Eletrosul. Diariamente eram expostos poemas, houve show musical e exposição de fotos, para dar um toque cultural para os grevistas.

As promoções foram organizadas pela diretoria de cultura do Sinergia. "Esta proposta de inovar para renovar, o sindicato está procurando configurar uma nova imagem, e com a participação efetiva da categoria, o que é mais importante", garante Dinovaldo Gilioli, um dos organizadores dos eventos.

"Com a seriedade de sempre e a visão crítica necessária, a arte nos ajudará na luta que não tem seu fim nas questões salariais simplesmente", garante Dino.

FUTEBOL

Domício Pinheiro



Esta paixão não aliena

Zenaide Sachet
Socióloga

Em tempos de Copa do Mundo é mesmo um atrevimento dizer que Futebol é sinônimo de alienação. No calor da emoção, o pseudo-intelectual corre o risco de levar um sopapo. Afirmar esta máxima é cair, isto sim, no chavão típico dos que não vêm na "massa" seu saber próprio ou dos que identificam nas coisas populares algo desprezível. Essa paixão pelo futebol no Brasil — que se verifica em seu clímax no choro pela derrota — não surgiu de repente. Tem uma conotação participativa e democrática, expressa quando o encaramos como um fenômeno social de uma mobilização gigantesca, apesar de não ser uma invenção nossa.

O futebol no Brasil, assim como no

resto do mundo, foi difundido pelas incursões inglesas. A atividade econômica de interesse inglês desenvolvida aqui, ia ao encontro das condições apropriadas à prática do esporte. A sua difusão, rápida, acompanhou o desenvolvimento dos campos para a pecuária e dos frigoríficos para "exportação" para a Inglaterra.

Este esporte não seria tão bem aceito, não fosse a facilidade encontrada para a sua prática. Para o jogo, basta que, em princípio, tenha-se uma bola.

As famosas "peladas" logo ganharam espaço e o domínio popular com a mesma rapidez com que se encontravam no País vazios urbanos, locais adequados, portanto, à prática do futebol. Os campeonatos foram surgindo

e incentivaram outras regiões, de modo que hoje todo brasileiro conhece o esporte, independente do juízo de valor que faça dele. O futebol, na atualidade pertence ao domínio da sociedade. É um fenômeno de massa que transcende a questão de classe. Por pertencer ao domínio popular, ele assumiu a conotação participativa e democrática.

A "massa" conhece as regras do jogo e sabe que elas não mudam para beneficiar este ou aquele time. Todos acham-se capazes de escalar a equipe, de participar do jogo, torcendo e jogando. Da "massa" surgem os craques, os aplausos, as vaias, a cobrança. É um exemplo de democracia: regras iguais para todos, assim como o conhecimento destas regras.

Pós-moderno: uma arte sem sonho ou utopia

Luiz César Vieira
Funcionário da Celesc

Não só de futebol vive o homem. Também na Itália, palco internacional dos eventos futebolísticos, aconteceu durante este mês sem, as estonteantes repercussões daquela modalidade, a mais significativa mostra de arte do mundo - a 44ª Bienal de Veneza.

Apesar da limitada importância dentro da escala de valores da sociedade contemporânea, em contraste com o futebol e suas pompas, a arte sempre foi, é e será, essencial ao gênero humano.

Originalmente manifesta-se como magia. O homem primitivo, na impossibilidade de dominar a natureza com seus próprios meios, apelava na figura do feiticeiro para a magia, uma espécie de fusão entre religião, ciência e arte.

O antigo papel do feiticeiro e de seu poder mágico é desdobrado entre o artista, o sacerdote, o médico e o filósofo. A tarefa do artista agora era de restaurar a unidade humana

perdida, pois a arte capacita o homem não só a compreender, mas também transformar a realidade.

Vem a época clássica do desenvolvimento mercantil capitalista, a chamada - época da "representação", onde a arte reproduzia fielmente a realidade. Daí o conceito conservador burguês da arte como o "velo", o sublime, o lugar de fuga do cotidiano para a reconciliação com o espírito.

Com a consolidação do capitalismo, via exploração de uma massa miserável de trabalhadores, ocorreu nas primeiras décadas deste século uma profunda ruptura com os padrões tradicionais da época clássica.

A arte moderna iria nascer deste clima de fragmentação e descontração das formas clássicas, clima de guerra, inflação, decadência e miséria nas metrópoles, e desespero ante a decomposição da sociedade.

As vanguardas modernistas - futurismo, surrealismo, cubismo, expressionismo - realizaram uma crítica apaixonada contra o

mundo burguês, capitalista, e juntamente com as vanguardas políticas construíam a utopia de um mundo liberto da dominação da mercadoria, da miséria e alienação humana.

A história, todavia, tomava outro rumo. A ascensão do totalitarismo satalinista confirmava a tese de que a coletivização dos meios de produção, por si só, não é indicativo para um tipo de sociedade espiritualmente superior. A consagração de Hitler e os descalços da Revolução Russa consolidaram o fim da utopia das vanguardas modernistas. A superestrutura revolucionária ruía.

"Não é o caso de conservar o passado, mas resgatar as esperanças passadas", dizia o pensador Adorno para sugerir que resgatamos na particularidade da história, seus conteúdos universais, no caso a esperança e a utopia. Deveremos deixar que nossa imaginação seja novamente iluminada pela arte radical do modernismo e concluir, como sugere o teórico Habermas, o projeto da moder-

nidade.

Nos anos 50 a revolta modernista já tinha esgotado seu papel criativo. As revoluções fracassaram e o capitalismo com sua crença no progresso e no lucro na industrialização a qualquer custo, inclusive o custo do homem, foi o vencedor da história. O homem como sujeito estava derrotado pelas forças positivistas do progresso.

A arte agora toma novos rumos. É tempo da pós-modernidade decretar o fim da modernidade. Abandonando o declínio revolucionário, a arte adota uma atitude cética perante a vida. É a contra-cultura, a antiarte que já não representa (classicismo) nem interpreta (modernismo), simplesmente destrói e desesteta a arte, pois o cotidiano já está esteticizado pela moda e pelo design.

Enquanto isso, na Itália do futebol, para onde o mundo converge e esvai-se em emoções fenéticas, as vozes dos críticos da 44ª Bienal confirmam a esterilidade da arte pós-moderna, refletindo um mundo sem utopias.